

Travada tramitação de PEC que propõe reduzir férias do Judiciário

Está paralisada a tramitação da [Proposta de Emenda Constitucional 32/2020](#) que pretende acabar com o período de férias de 60 dias para integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público.

A PEC é alvo de fortes críticas de entidades associativas que formam a Frente (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público) e se mobilizaram contra as medidas elaboradas pelo Ministério da Economia para servidores públicos na reforma administrativa.

Creative Commons



Entidades se mobilizam contra PEC que reduz período de férias de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público
Creative Commons

O período de 60 dias de férias para membros do Judiciário e do MP é questionada pela proposta e outras duas foram apensadas à [PEC 280/2016](#), de autoria do deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA).

No último dia 23 de março, o relator da PEC na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), deputado Fábio Trad (PSD-MS), protocolou parecer com aval à proposta, mas fez a ressalva de que o texto precisa de ajustes.

À *Folha de S.Paulo*, Trad disse que propôs mais debates sobre as carreiras. "Vou dar uma distensionada, aguardando o fim da pandemia, e convocar audiência pública. Quero ouvir setores que defendam reforma ampla da magistratura."

Apesar da crise sanitária, avança a reforma administrativa do governo de Jair Bolsonaro. Segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a proposta deve chegar ao Senado até julho. Mas a pressão da base do governo e de servidores não é pequena. Bia Kicis (PSL-DF), presidente da CCJ, chegou a afirmar que é melhor deixar a discussão para 2023.

A Frente alega que as medidas teriam forte impacto nas carreiras do Judiciário e do Ministério Público e sustentam que não se pode admitir a fragilização dos servidores públicos em meio a crise provocada pelo avanço da Covid-19 no país.

"No momento em que a população brasileira mais necessita dos serviços públicos, com milhares de profissionais da saúde na linha de frente se esforçando para salvar vidas, em árduas jornadas, a comissão discute uma Proposta de Emenda Constitucional que prevê a precarização das carreiras de Estado", diz trecho de carta aberta aos parlamentares assinadas pelos representantes de classe.

A entidade também lembra que cada carreira tem sua especificidade e, portanto, sua disciplina própria. Segundo Renata Gil, presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e coordenadora da Frentas, também disse à *Folha*, as carreiras têm limitações que as tornam diferenciadas por uma opção do legislador constituinte. "A gente não tem folha de ponto, a gente não recolhe FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço]."

Juízes, por exemplo, gozam da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.

Clique [aqui](#) para ler a carta aberta

Date Created

19/05/2021